



CRÉDITO
& MERCADO

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

PANORAMA ECONÔMICO

MARÇO 2023



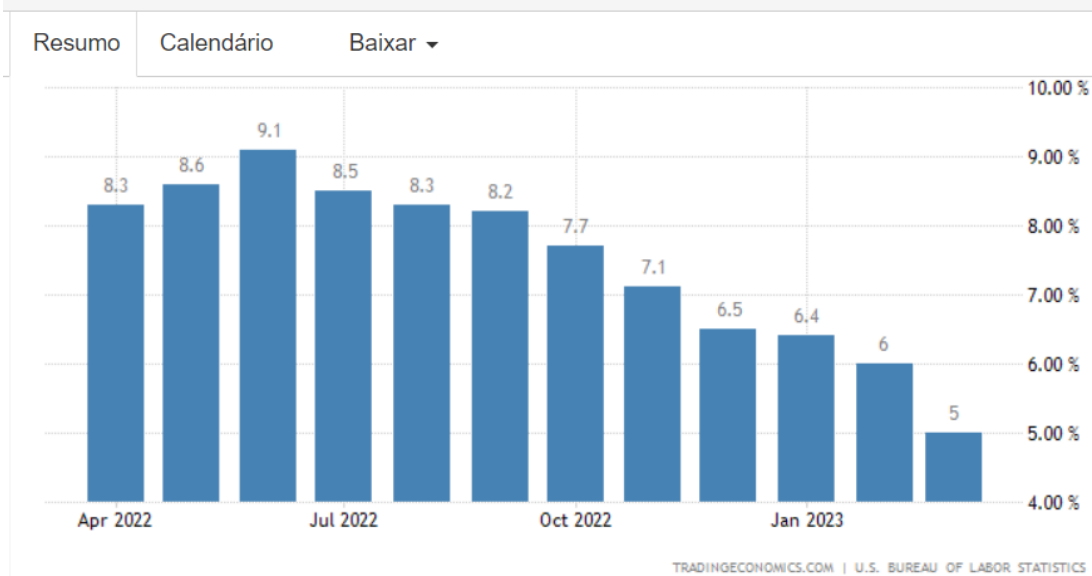


INTERNACIONAL

De acordo com o Departamento do Trabalho, o CPI subiu 0,1% em março e acumula alta de 5% em 12 meses, sendo o menor resultado desde maio de 2021 e menos do que se era esperado para o mês. Por outro lado, o núcleo da inflação, que desconsidera as variações da energia e dos alimentos, apresentou alta de 0,4%, acumulando 5,6% em 12 meses.

A maior contribuição para a alta do índice foi o grupo de habitação, com elevação de 0,6% em comparação com o mês anterior. Em contrapartida, a energia caiu 3,5% em comparação com fevereiro.

Estados Unidos - Taxa de Inflação



Na China, o índice de preços ao consumidor caiu 0,7% em ritmo anual no mês de março, sendo o nível mais baixo desde setembro de 2021, conforme divulgado pelo Escritório Nacional de Estatísticas. No mês, os alimentos apresentaram alta, principalmente as frutas (11,5%) e a carne de porco (9,6%). Já o preço dos combustíveis caiu 6,4% em março.

A inflação industrial, que mede o preço dos produtos que saem das fábricas, caiu para -2,5%, o menor ritmo desde junho de 2020 e o sexto mês consecutivo de valor negativo do índice.

Na zona do euro, a inflação caiu para 6,9% no acumulado de 12 meses, sendo uma queda maior do que era esperada pelo mercado, motivada pela redução de 0,9% no preço da energia. Por outro lado, o preço dos alimentos subiu 15,4% no mês.

O Federal Reserve elevou a taxa de juros em 0,25p.p. na última reunião realizada, em que de acordo com o informado na ata do FOMC, a decisão foi tomada poucos dias antes, já que a intenção inicial era de apenas realizar manutenção da taxa e não a elevar. Como resultado, o intervalo passou a ser de 4,75% a 5%.

Já o Banco Central Europeu elevou a taxa de juros em 0,5%, atingindo 3%, em que de acordo com o banco, a inflação da região está projetada para permanecer muito alta por muito tempo.

O baco Credit Suisse estava passando por dificuldades há dois anos, onde as ações no dia 15 de março de 2023 caíram quase 25% em meio a crise de confiança dos consumidores.

Além disso, no dia anterior, o bando havia divulgado ter identificado fragilidades materiais em seus relatórios financeiros nos últimos dois anos.

Após alguns dias, o banco Credit Suisse foi vendido para o UBS por US\$ 3.2 bilhões, onde há a expectativa de conter a crise de confiança que poderia acontecer na Europa e nos EUA. Com isso, houve questionamentos se Suíça é realmente o país mais seguro para se investir.

De acordo com o Departamento do Trabalho, houve a criação de 236 mil vagas fora do setor agrícola nos EUA. Com isso, a taxa de desemprego caiu para 3,5%, mostrando que ainda há resiliência no mercado de trabalho. Todavia, houve uma desaceleração nas contratações em comparação com o mês anterior.

O Silicon Valley Bank decretou falência, ocasionando em grande volatilidade no mercado. A falência foi motivada pela alta inflação e constantes elevações na taxa de juros no país norte americano, onde as empresas de tecnologia foram afetadas e algumas startups sacaram recursos depositados no banco. Todavia, grande parte desses recursos estavam investidos em títulos do Tesouro de longo prazo, mas que perderam valor com a alta taxa de juros, o que ocasionou em um prejuízo de R\$ 1,8 bilhão ao SVB.

Em março, houve grande volatilidade nas bolsas de valores norte americanas, em que o S&P 500 apresentou alta de 1,57%, o Nasdaq alta de 4,56% e o Dow Jones caiu 0,35%.

O primeiro-ministro da China, Li Keqiang, informou que a meta de crescimento do país em 2023 é de 5%. A declaração foi realizada junto com o anúncio de um plano de retomada econômica após o fim das rigorosas restrições da política de “Covid zero”, implementada pelo governo durante a pandemia.



O Ibovespa registrou grande volatilidade em março e encerrou o mês com queda de 2,91%. Já no ano, o índice apresentou queda acumulada de 7,16%.



O novo arcabouço fiscal foi divulgado, o qual apresenta a intenção de zerar o déficit fiscal em 2024 e registrar superávit de 0,5% do PIB em 2025. É esperado um controle dos gastos do governo, em que limita o crescimento das despesas a 70% do avanço das receitas.

A reação do mercado com a divulgação foi positiva, onde o Ibovespa encerrou o dia com alta de 1,8% aos 103 mil pontos, já que o arcabouço permite esperar mais previsibilidade nos gastos do governo e no ritmo da atividade econômica.

A Secretária da Receita Federal anunciou que a arrecadação do governo em fevereiro foi de R\$ 159 bilhões, o maior valor para o mês em 29 anos e um crescimento real de 1,28% em comparação com o mesmo mês de 2022. No acumulado do primeiro bimestre de 2023, houve uma arrecadação de R\$ 410,73 bilhões, um aumento real de 1,19% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária realizada, a taxa Selic foi mantida em 13,75% ao ano pela quinta vez consecutiva, em linha com o que era esperado pelo mercado.

Em comunicado divulgado após a reunião, o Copom reafirmou que seguirá vigilante e que sua estratégia atual consiste em manter a taxa no patamar atual por um longo período. Ademais, o BACEN afirmou que não hesitará em retomar o ciclo de ajuste caso o processo de desinflação não aconteça conforme é esperado. Todavia, caso a atividade econômica desacelere, haverá cortes graduais da taxa básica nas próximas reuniões de 2023.

Ademais, o Comitê afirmou que, mesmo que a reoneração dos combustíveis tenha reduzido a incerteza dos resultados fiscais de curto prazo, ainda há alguns fatores de risco para o cenário inflacionário.

O presidente Lula não aprovou a decisão do Copom, tendo em vista que deseja que a taxa seja reduzida para que a economia possa ter um aumento nos investimentos.

O Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um acordo de R\$ 26,9 bilhões entre a União e estados com o objetivo de compensar a diminuição da arrecadação dos estados com a redução do ICMS.

De acordo com a FGV, o Índice de Confiança do Consumidor subiu 2,5 pontos em março e alcançou 87 pontos, refletindo uma melhora da percepção da situação atual e das expectativas para os próximos meses.

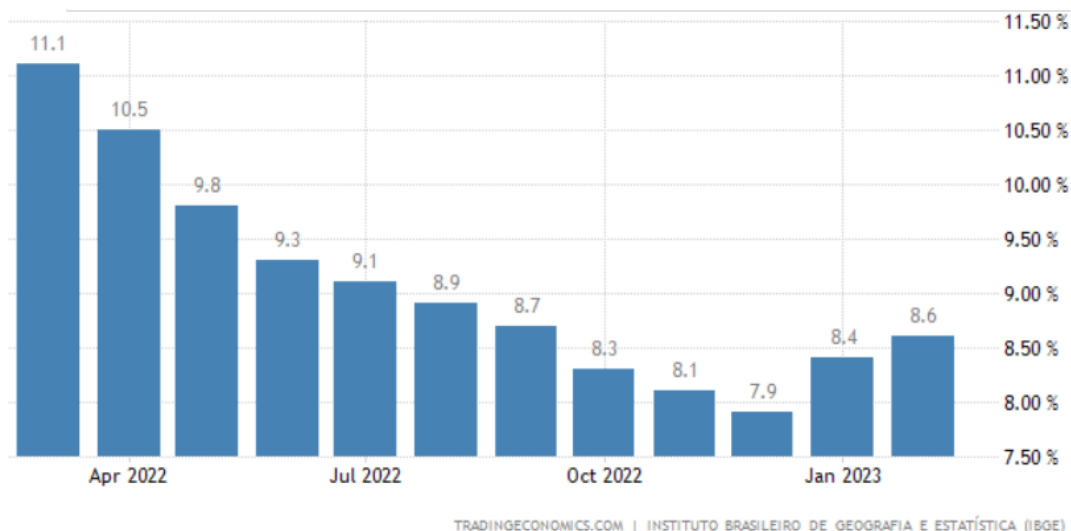
Conforme divulgado pela Secretaria de Política Econômica, o Ministério da Fazenda espera um crescimento 1,61% do PIB brasileiro para 2023, abaixo do crescimento de 2022, resultado da elevada taxa Selic que desestimula a economia.

O dólar caiu 2,98% em março ao encerrar o mês sendo cotado a R\$ 5,09. Como resultado, a moeda norte americana apresenta queda de 3,96% no acumulado de 2023.



ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme informado pelo IBGE, a taxa de desemprego subiu para 8,6% no trimestre encerrado em fevereiro, sendo a menor para o período desde 2015. Com isso, há cerca de 9,2 milhões de pessoas desempregadas.

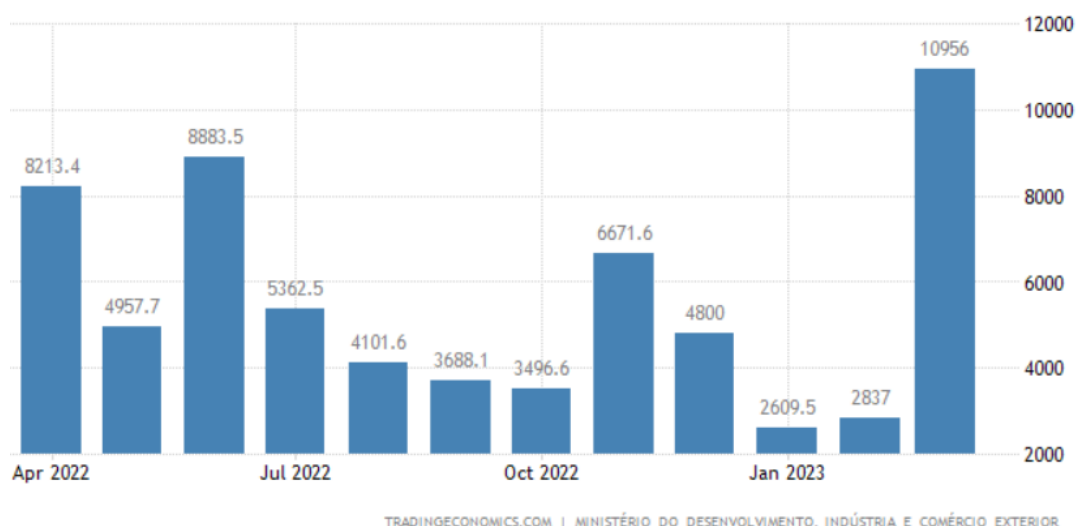


A quantidade de pessoas ocupadas em fevereiro foi de 107,3 milhões, cerca de 1% a menos que o trimestre anterior. De acordo com o IBGE, voltar a ter crescimento da desocupação nesse período pode sinalizar o retorno à sazonalidade característica do mercado de trabalho.

Já o rendimento médio real foi de R\$ 2.853 no trimestre encerrado em fevereiro, sendo um valor estável em comparação com o trimestre encerrado em novembro.

SETOR PÚBLICO

Conforme informado pela Secretaria de Comércio Exterior, a balança comercial registrou superávit de US\$ 10,956 bilhões em março, estando acima do teto das expectativas do mercado. Já no acumulado do ano, há um saldo de US\$ 16,068 bilhões.



No mês, o valor das exportações foi de US\$ 33,060 bilhões, um aumento de 7,5% na média diária de março em comparação com o mesmo período de 2022. Já as importações totalizaram US\$ 22,104 bilhões, uma queda de 3,1% na mesma comparação.

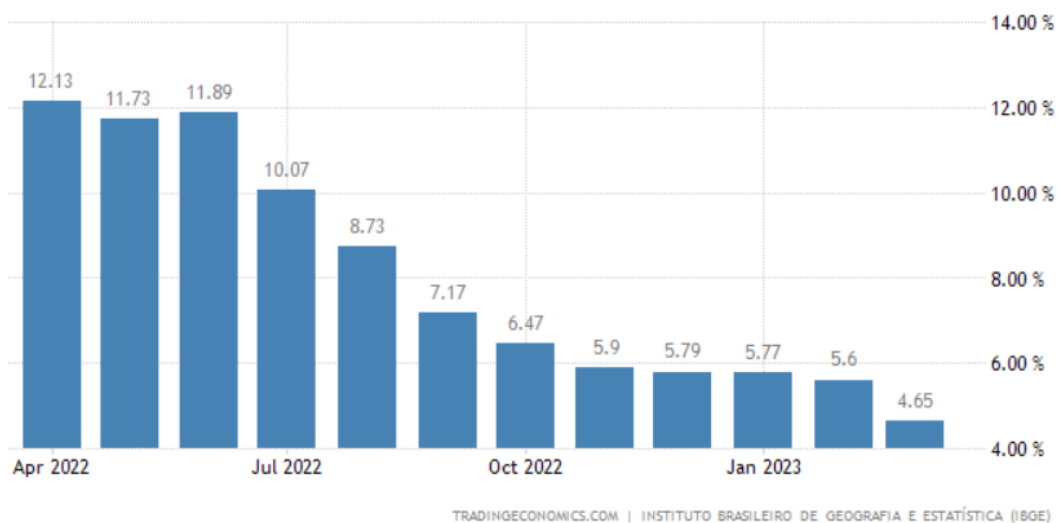
No setor da agropecuária, as exportações tiveram alta de 6,3% e queda de 19,7% nas importações. Além disso, a indústria extrativa registrou crescimento de 1,6% nas exportações e recuo de 23,8% nas importações.

INFLAÇÃO

De acordo com o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou alta de 0,71% em março, estando abaixo do esperado. Como resultado, o índice acumula alta de 4,65% em 12 meses, sendo o menor valor acumulado desde janeiro de 2021.

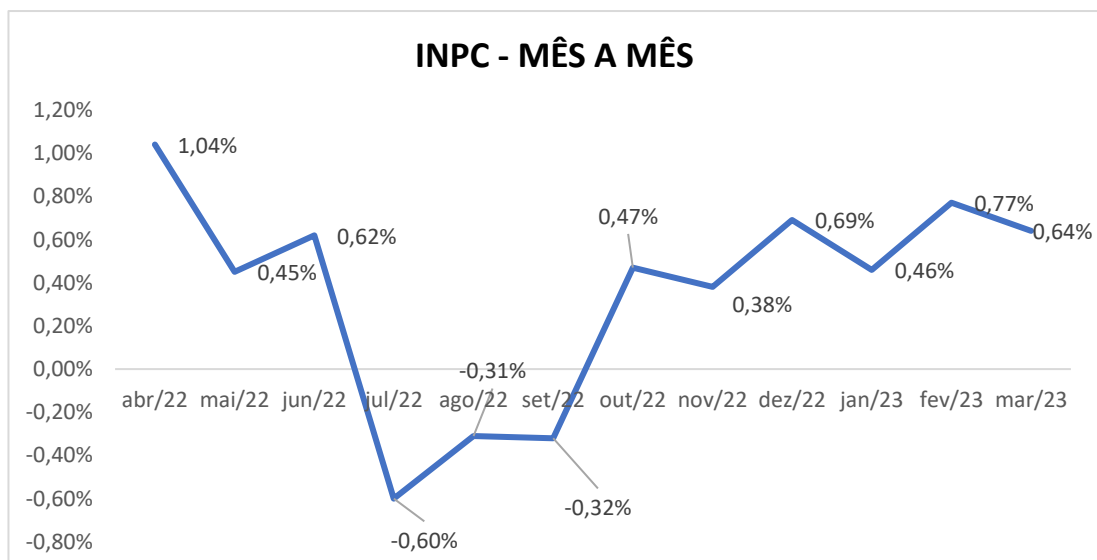
No mês a gasolina aumentou 8,33%, representando 0,39% do IPCA, impactado principalmente pela reogeração dos combustíveis. Oito dos nove grupos pesquisados apresentaram alta em março, onde apenas o grupo de Artigos de residência registrou uma queda de 0,27%.

Por outro lado, o grupo de Transportes registrou alta de 2,11%, seguido de Saúde e cuidados pessoais, com alta de 0,82% e Habitação com alta de 0,57%.



Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou alta de 0,64% em março. Como resultado, o índice acumula alta de 1,88% no ano e alta de 4,36% no acumulado de 12 meses.

No mês, os produtos alimentícios tiveram queda de 0,07% e os não alimentícios variaram apresentaram crescimento de 0,87%.



PERSPECTIVAS

No cenário externo ainda seguem as expectativas de que as taxas de juros serão elevadas nos próximos períodos, tendo em vista que a inflação continua persistente. Como resultado, não é esperado um crescimento econômico global alto, porém que será impulsionado com a recuperação econômica da China, que prevê um crescimento de aproximadamente 5% no PIB.

Já no Brasil, é esperado um controle dos gastos do governo, conforme arcabouço fiscal divulgado recentemente e que trouxe otimismo. Com isso, será possível que a taxa Selic apresente queda a partir do segundo semestre de 2023.

CONCLUSÃO

Notamos que a inflação veio mais controlada em muitos países, porém ainda é cedo para determinar se foram reduções pontuais ou se a inflação seguirá controlada nos próximos meses.

Além disso, é possível perceber que os aumentos da taxa de juros nos EUA estão próximos do fim, já que, por mais que o mercado de trabalho permaneça aquecido, a inflação está passando por menores altas do que nos meses anteriores.

No Brasil, a apresentação do arcabouço fiscal no fim de março trouxe otimismo para os investidores, em que notamos que o mercado reagiu positivamente. Além disso, notamos um melhor controle da inflação, em que tende a diminuir, tendo em vista que o mercado de trabalho não está aquecido como em 2022.

RECOMENDAÇÃO

Sugerimos cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter ainda sem desenhar um horizonte claro, em razão principalmente pelo nosso cenário político, em que um novo governo assumirá o poder.

Tendo em vista a alta taxa Selic, os títulos públicos federais, principalmente na parte curta da curva, além dos fundos de vértice, tonam-se atrativos para o RPPS. Devido ao período de incertezas, mantivemos a recomendação de cautela quanto aos novos aportes em fundos de investimento de longuíssimo prazo (IMA-B 5+), adicionalmente recomendamos até 5% em fundos de investimento de longo prazo (IMA-B/ IMA-Geral/ FIDC/ Crédito Privado). Além disso, recomendamos 5% em fundos Gestão Duration, tendo em vista a estratégia de gestão ativa do segmento.

No médio prazo, recomendamos índices pós fixados (IDKA IPCA 2A e IMA- B 5), chegando ao patamar de 15%.

Quanto a exposição em curto prazo, recomendamos fundos atrelados ao CDI e ao IRF-M1 na totalidade de 20%.

Recomendamos a aquisição gradativa de títulos privados (Letra Financeira e CDB), chegando ao patamar de 15%.

Quanto aos fundos de investimento no exterior, recomendamos cautela devido ao atual cenário econômico onde há expectativas de alta na taxa de juros nas principais

economias do mundo, trazendo volatilidade no mercado acionário exterior à curto prazo. Recomendamos a manutenção de 10% em fundos que não utilizam hedge cambial.

Quanto a fundos de ações atrelados a economia doméstica recomendamos a entrada gradativa de modo que o investidor fique atento a oportunidades da bolsa de valores, construindo um preço médio mais atrativo.

Para aqueles que enxergam uma oportunidade de investir recursos a preços mais baratos, municie-se das informações necessárias para subsidiar a tomada da decisão.

INVESTIDOR EM GERAL – SEM PRÓ GESTÃO

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	60%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	5%
Gestão do Duration	5%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	20%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	15%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	20%
Multimercados	7,5%
Fundos de Participações *	0%
Fundos Imobiliários *	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	0%
Fundos de Investimentos no Exterior	10%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso

PRÓ GESTÃO NÍVEL 1

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	55%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	5%
Gestão do Duration	5%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	15%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	15%
<u>Renda Variável</u>	35%
Fundos de Ações	25%
Multimercados	5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	5%
Fundos de Investimentos no Exterior	5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.

PRÓ GESTÃO NÍVEL 2

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	50%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	5%
Gestão do Duration	5%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1)	15%
Títulos Privados (Letra financeira e CDB)	10%
<u>Renda Variável</u>	40%
Fundos de Ações	30%
Multimercados	5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	5%
Fundos de Investimentos no Exterior	5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.

PRÓ GESTÃO NÍVEL 3

Estratégia de Alocação dos Recursos no Longo Prazo – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	40%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	5%
Gestão do Duration	5%
Médio Prazo (IMA-B 5 e IDKA 2)	10%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	10%
Títulos Privados (Letra financeira)	10%
<u>Renda Variável</u>	50%
Fundos de Ações	40%
Multimercados	5%
Fundos de Participações *	2,5%
Fundos Imobiliários *	2,5%
<u>Investimento no Exterior</u>	10%
Fundos de Investimentos no Exterior (Hedge)	5%
Fundos de Investimentos no Exterior	5%

* Aos clientes que investem em Fundos de Participações e Fundos Imobiliários em percentual superior a 2,5% em cada, reduzir a exposição aos Fundos de Ações na proporção desse excesso.



DISCLAIMER

Este documento (caracterizado como relatório, parecer ou análise) foi preparado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da empresa. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representa, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Trata-se apenas uma OPINIÃO que reflete o momento da análise e são consubstanciadas em informações coletadas em fontes públicas e que julgamos confiáveis. A utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos não nos torna responsáveis diretos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade delas, e não devem ser consideradas como tais. As informações deste documento estão em consonância com as informações sobre os produtos mencionados, entretanto não substituem seus materiais oficiais, como regulamentos, prospectos de divulgação e outros. É recomendada a leitura cuidadosa destes materiais, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo, aos riscos e à política de investimento dos produtos. Todas as informações podem ser obtidas com o responsável pela distribuição, gestão ou no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Sua elaboração buscou atender os objetivos de investimentos do cliente, considerando a sua situação financeira e seu perfil. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os produtos estruturados e/ou de longo prazo possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e estruturação. Os riscos inerentes aos diversos tipos de operações com valores mobiliários de bolsa, balcão, nos mercados de liquidação futura e de derivativos, podem resultar em perdas aos investimentos realizados, bem como o inverso proporcionalmente. Todos e qualquer outro valor exibido está representado em Real (BRL) e para os cálculos, foram utilizadas observações diárias, sendo sua fonte o Sistema Quantum Axis e a CVM. A contratação de empresa de consultoria de valores mobiliários para a emissão deste documento não assegura ou sugere a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de risco. Cabe a consultoria de valores mobiliários a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento, de forma profissional, independente e individualizada, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação sejam exclusivas do cliente. Na apuração do cálculo de rentabilidade da carteira de investimentos são considerados os recursos descritos no art. 6º da Resolução CMN nº 4.963/2021, provenientes do recolhimento das alíquotas de contribuição dos servidores, exclusivamente com finalidade previdenciária, excluindo qualquer tipo de recurso recebidos com finalidade administrativa, em consonância com a Portaria nº 402/2008, art. 15, inciso III, alínea "a". Os RPPS devem estar adequados às normativas pertinentes e principalmente a Portaria nº 519/2011 e suas alterações, além da Resolução CMN nº 4.963/2021, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.